

CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Companhia aberta de capital autorizado

CNPJ 06.981.381/0001-13 | NIRE 35.300.391.144

Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2023

A presente Proposta da Administração (“Proposta”) foi elaborada pela Administração do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“Companhia” ou “CTC”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“Assembleia”) a ser realizada às **11:00** horas do dia **20 de junho de 2023, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Zoom*, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e disciplinada na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”).

A Administração da Companhia informa que os documentos referidos nesta Proposta, conforme previsto na Lei das S.A. e Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website de RI da Companhia (<http://ri.ctc.com.br/pt>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

A Administração recomenda a aprovação de todas as matérias constantes desta Proposta, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração do CTC em reunião realizada em 11 de maio de 2023.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 3 |
| DATA, LOCAL, PROCEDIMENTOS E PRAZOS..... | 4 |
| PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO | 10 |
| ANEXO A - COMENTÁRIOS DA DIRETORIA SOBRE O DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO | 13 |
| ITENS 2.1 A 2.11 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80 | 13 |
| ANEXO B - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE MARÇO 2023..... | 32 |
| ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81..... | 32 |
| ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA (ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA) | 37 |
| ARTIGO 11 DA RESOLUÇÃO CVM 81 | 37 |
| ANEXO D - INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO ... | 47 |
| ITENS 8.1 A 8.20 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80 | 47 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas do CTC,

Temos o prazer de convidar-lhes para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia de 2023. Além de apresentar a proposta da Administração, este documento tem o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia que será realizada de forma exclusivamente digital, em **20 de junho de 2023**.

Para seu exame, apresentamos como anexos desta Proposta os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. Sugiro que leiam esses documentos com atenção, pois as informações ali constantes são importantes para que possam melhor avaliar e, assim, decidir como votar com relação a cada item da pauta. Este material foi elaborado em consonância com a Lei das S.A., e as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), notadamente em relação à disponibilização das informações previstas pela Resolução CVM 81.

Na Assembleia, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, da Diretoria da Companhia e de representantes da empresa de auditoria independente, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores acionistas.

A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, com participação remota dos acionistas, por meio da plataforma eletrônica *Zoom*, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei das S.A. e disciplinada na Resolução CVM 81. As informações para acesso remoto, ou a votação antecipada – por meio do voto à distância –, estão detalhadas nesta proposta.

Sua participação é muito importante para o CTC. A área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia.

Contamos com sua presença!

Obrigado por sua atenção,

Luís Roberto Pogetti
Presidente do Conselho de Administração

DATA, LOCAL, PROCEDIMENTOS E PRAZOS

Data: 20 de junho de 2023

Horário: 11:00 horas

Local: por meio digital, em conferência virtual, através da plataforma eletrônica *Zoom*, com acesso pelo *link* a ser compartilhado pela Companhia a cada acionista, observados os procedimentos indicados no tópico “Participação remota” abaixo.

1. Instruções Gerais

Para a instalação da Assembleia, é necessária a presença de pelo menos $\frac{1}{4}$ (um quarto) do total de ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A. e em conformidade com o Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. No caso de tal quórum não ser atingido, a Assembleia não será instalada e será publicado novo edital de convocação anunciando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, podendo ser instalada com qualquer número de acionistas presentes.

Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., para aprovação das matérias da ordem do dia da Assembleia, nos termos do edital de convocação, será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos votos de acionistas presentes.

Os acionistas, ou seus procuradores constituídos, poderão participar e votar por meio do sistema eletrônico de participação e votação à distância da conferência virtual ou, alternativamente, pelo envio antecipado do Boletim de Voto à Distância, nos termos da legislação vigente.

Neste ano, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de forma exclusivamente digital conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei das S.A. e disciplinada na Resolução CVM 81. Todos os acionistas, ou seus respectivos procuradores, que participarem da Assembleia exclusivamente digital serão considerados presentes e assinantes da ata e poderão exercer os seus respectivos direitos de voto.

2. Depósito Prévio de Documentos e Participação Remota

Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão acessar o link <https://qicentral.com.br/m/agoe-ctc-2023>, até 2 (dois) dias antes da AGOE (*i.e.* até o dia 18 de junho de 2023), clicar no botão “Quero Participar”, vinculando os documentos listados abaixo, conforme aplicáveis, em formato PDF.

Alternativamente, os documentos também poderão ser encaminhados às áreas de Relações com Investidores e Jurídica da Companhia, para o e-mail assembleia@ctc.com.br.

Caso o acionista já tenha participado de outras assembleias gerais utilizando o envio de documentos pela plataforma Qi Central, deve utilizar as mesmas credenciais de acesso, digitando seu e-mail e senha. Caso seja a primeira vez, clique em “Inscreva-se agora”, e informe seu endereço de e-mail. O sistema encaminhará um código de verificação para seu e-mail para que possa completar o seu cadastro.

a. Participação Remota – Acionista

i. Documento de identidade. Serão aceitos os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado;
- Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado;
- Passaporte válido expedido por órgão autorizado;
- Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e
- Carteira nacional de habilitação com foto.

ii. Comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 5 (cinco) dias contados da data da realização da Assembleia (*i.e.*: expedido em data não anterior a 15 de junho de 2023), ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

- Os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

iii. Dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária.

b. Participação remota - representação por procuração

Conforme disposto no Parágrafo 1º, Artigo 12 do Estatuto Social, os procuradores e representantes de acionistas devem apresentar os respectivos instrumentos de mandato e de representação outorgados nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não tiver procuração assinada em seu próprio nome, deverá apresentar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, aceitará os documentos de representação (por acionista ou por procuração), conforme acima elencados, sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

3. Acesso à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária digital

Após a verificação da documentação, recebida conforme instruções de envio acima, o acionista receberá, através do e-mail utilizado para o cadastro e/ou para envio das documentações, até o dia 19 de junho de 2023:

i. a confirmação do recebimento dos documentos e orientações para participação remota; e

- ii. convites individuais para admissão e participação na Assembleia (sendo remetido apenas um convite individual por acionista).

Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das S.A.). As credenciais de acesso recebidas pelos acionistas da Companhia que enviarem a documentação, conforme instruções constantes dessa Proposta da Administração ou seus procuradores e representantes serão pessoais e intransferíveis (“Acionistas Credenciados”).

Em caso de não recebimento das instruções até o prazo limite, recomendamos aos acionistas que solicitem suporte por meio do telefone (19) 3429-8295 ou (19) 3429-8470.

Ao acionista que não tiver apresentado previamente os documentos acima designados e queira participar da Assembleia, solicitamos que a conexão ao sistema de conferência digital seja realizada com antecedência de modo que haja tempo hábil para a devida conferência dos documentos.

4. Participação dos Acionistas

Os acionistas que participarem da Assembleia poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 28 da Resolução CVM 81: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem votar, tenha ou não enviado Boletim de Voto à Distância (conforme abaixo); ou (ii) participar e votar na Assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto à Distância, mas, ainda assim, queira votar na Assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto à distância, serão desconsideradas, observando-se, para tanto, sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto à Distância quanto os acionistas que optarem por participar da Assembleia através da plataforma digital *Zoom* serão considerados presentes na Assembleia e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do Art. 47 da Resolução CVM 81.

4.1. Boletim de Voto à Distância

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM 81, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia por meio de voto à distância, usando o “Boletim de Voto à Distância”, disponível no *website* de RI da Companhia (<http://ri.ctc.com.br/pt>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

O Boletim de voto pode ser enviado por uma das seguintes opções:

- Diretamente à Companhia

O Acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia deverá imprimir o documento, preencher, rubricar, assinar e enviar por correio para o seguinte endereço: CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., Área de Relações com Investidores, Fazenda Santo Antônio, S/N, Bairro Santo Antônio Piracicaba - SP, ou para o e-mail assembleia@ctc.com.br aos cuidados da Área de Relações com Investidores.

No caso de envio por e-mail, o Boletim poderá ser assinado de maneira eletrônica, através de certificado digital ou de plataformas de assinatura eletrônica.

O boletim de voto à distância deverá ser recebido em até 7 (sete) dias antes da Assembleia, conforme estabelecido na Resolução CVM 81. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

A Companhia, por sua vez, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Excepcionalmente, não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização. Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais. Ainda, excepcionalmente, não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em inglês ou espanhol sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos.

- Por meio do Agente de Custódia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto a seu respectivo agente, observadas as regras por ele determinadas que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com o seu agente de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos, bem como os documentos e informações por ele exigidos. Segundo a Resolução CVM 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seu agente de custódia.

- Por meio do Banco Escriturador da Companhia

Aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú Unibanco S.A., banco escriturador da Companhia, o voto à distância poderá ser feito conforme orientações e procedimentos descritos no *site* “Assembleia Digital” desta instituição financeira, que pode ser acessado **clcando aqui**.

Caso o link acima não abra, copie e cole no seu navegador o seguinte endereço eletrônico: <https://www.itaubr.com/investmentservices/assembleia-digital/> ou ainda podem ser usados os **Atendimento Exclusivo aos Investidores: (11) 3003-9285** (capitais e regiões metropolitanas) e **0800 7209285** (demais localidades) - em dias úteis das 9h às 18h.

5. Voto Múltiplo

O percentual mínimo necessário para solicitação do procedimento de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é 5% (cinco por cento) do total de ações com direito a voto da Companhia.

6. Requisitos de Elegibilidade para Candidatos Indicados

A Companhia possui Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de junho de 2021. A referida política está disponível para consulta no site da CVM e no *website* de RI da Companhia (<http://ri.ctc.com.br/pt>).

Nesse sentido, nos termos do item 3.1.5 da referida política, a indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, em especial ao art. 147 da Lei das S.A., regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas;
- (ii) reputação ilibada;
- (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;
- (iv) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

7. Recomendações Gerais

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Zoom*, e estará restrita aos Acionistas Credenciados.

Em cumprimento ao art. 28, parágrafo 1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que a Assembleia será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante a Assembleia. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente a possibilidade de comunicação entre acionistas.

Ao acessar a conferência digital da Assembleia, o acionista deverá se apresentar com áudio e vídeo abertos e, quando solicitado, apresentar seu documento de identidade pelo sistema, de modo que possa ser identificado e admitido na Assembleia.

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação de seu acesso.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (*e.g.*, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do Zoom com equipamento do Acionista Credenciado) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista Credenciado na Assembleia.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Informações sobre as matérias objeto de deliberação da AGOE de 2023

Em Assembleia Ordinária

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras com suas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria foram avaliados e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de maio de 2023.

No **Anexo A** deste documento, os acionistas encontram os comentários dos administradores sobre a situação econômico-financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, estabelecido pela Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80").

Tendo em vista que o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado, bem como não estava instalado no exercício fiscal anterior (2022), não há que se falar em parecer do conselho fiscal.

Desta forma, com base nos documentos e informações disponibilizados, a administração propõe à Assembleia a aprovação integral das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

2. Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício da Companhia encerrado em 31 de março de 2023 monta o total de R\$91.436.586,59 (noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). A Administração propõe a seguinte destinação para tal resultado:

- Reserva Legal: R\$ 4.571.829,33 (quatro milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos) seja destinado para constituição de reserva legal;
- Dividendo Mínimo Obrigatório: R\$ 21.716.189,32 (vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos) seja destinado ao pagamento do dividendo anual obrigatório; e
- Reserva Estatutária: R\$ 65.148.567,94 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos) seja destinado para constituição de Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido.

As informações referentes ao Anexo A da Resolução CVM 81, constam do **Anexo B** desta Proposta.

3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros, conforme Anexo C desta Proposta.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração sugere a eleição dos membros listados a seguir e apresentados no **Anexo C** desta Proposta para a composição do Conselho de Administração da Companhia, com as informações estabelecidas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme estabelecido na Resolução CVM 81. O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração é de dois anos, se encerrando na data de realização da assembleia geral ordinária de 2025.

1. Fábio Venturelli (efetivo)
2. Fernando de Castro Reinach (efetivo - independente)
3. Luis Roberto Pogetti (efetivo)
4. Mario Lindenhayn (efetivo)
5. Mario Luiz Lorencatto (efetivo)
6. Pedro dos Passos (efetivo)
7. Pedro Isamu Mizutani (efetivo)
8. Pedro Wongtschowski (efetivo - independente)
9. Pierre Louis Joseph Santoul (efetivo)

A votação dos candidatos ao Conselho de Administração será feita por chapa única, a ser eleita pelo voto majoritário. No caso de requerida e devidamente validada a adoção de procedimento de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido aos acionistas acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Em Assembleia Geral Extraordinária

1. Examinar, discutir e votar a proposta de limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023/2024

Para fins de remuneração dos membros da administração, assim considerados o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, a proposta é a disponibilização de verba anual de até R\$16.893.102,03 (Remuneração: R\$14.913.576,44 + Encargos: R\$1.979.525,59), ficando a cargo do Conselho de Administração a distribuição e alocação dos mencionados valores.

A título de informação, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de junho de 2022, foi aprovada verba anual de até R\$16.707.555,17 para fins de remuneração (Remuneração: R\$14.729.012,50 + Encargos: R\$1.978.542,67) dos membros da administração da Companhia, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Conforme estabelecido pela Resolução CVM 81, as informações referentes ao item 8 do Formulário de Referência, estabelecido pela Resolução CVM 80, estão apresentadas no **Anexo D** desta Proposta.

ANEXO A - COMENTÁRIOS DA DIRETORIA SOBRE O DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Itens 2.1 A 2.11 do Formulário de Referência, conforme Anexo C da Resolução CVM 80

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras (contábeis) individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e registradas na CVM, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os resultados apresentados pela Companhia acompanham o calendário safra, já que é o calendário seguido pelo setor sucroenergético. Assim, o exercício fiscal compreende o período entre 1º de abril a 31 de março de cada ano. A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo. Acreditamos que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$ 409 milhões, diminuição de 2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, principalmente em função da redução do contas a receber. O passivo circulante, em 31 de março de 2023, totalizava R\$ 87,8 milhões, redução de 23% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 4,7. A Companhia liquidou o saldo do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”), em dezembro de 2022.

| (Em milhares de reais) | 31/03/2023 | 31/03/2022 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Total do Ativo Circulante | 409.022 | 416.185 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 233.787 | 205.365 |
| Total do Passivo Circulante | 87.823 | 114.126 |
| Liquidez corrente ⁽¹⁾ | 4,7 | 3,6 |
| Liquidez Geral ⁽²⁾ | 4,1 | 3,5 |

| (Em milhares de reais) | 31/03/2023 | 31/03/2022 |
|---|------------|------------|
| Empréstimos e financiamentos passivo circulante | - | 16.190 |
| Empréstimos e financiamentos passivo não circulante | - | - |
| Endividamento total | - | 16.190 |
| % Dívida Curto Prazo / Total da Dívida ⁽³⁾ | - | 100% |

⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

⁽²⁾ O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante e realizável a longo prazo pelo passivo circulante e não circulante.

⁽³⁾ Percentual de dívida de curto prazo, corresponde ao quociente da divisão dos empréstimos e financiamentos circulante pelo endividamento total.

(b) Estrutura de capital

A Administração entende que a atual estrutura de capital do CTC apresenta alavancagem suficiente para financiar seus projetos e seu crescimento. A Administração informa que os empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes) em 31 de março de 2023 estavam liquidados, em 31 de março de 2022 totalizavam R\$16.190 mil.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2023 era de R\$ 862.600 mil, o que representa crescimento de 14,8% em relação ao patrimônio líquido de R\$791.123 mil em 31 de março de 2022.

A movimentação do patrimônio líquido no exercício de 31 de março de 2023 foi decorrente do lucro líquido no montante de R\$ 91.437 mil, sendo destinado R\$ 4.572 mil para reserva legal, R\$ 65.149 mil para reserva estatutária e R\$ 21.716 mil para pagamento de dividendos.

Na visão da Administração, em 31 de março de 2023, a Companhia possuía uma estrutura de capital adequada entre capital próprio e capital de terceiros, condizente com suas atividades e plano estratégico, conforme tabela abaixo:

| (em R\$ milhares, exceto %) | 31/03/2023 | 31/03/2022 |
|--|----------------|----------------|
| Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) | 120.909 | 138.388 |
| Capital Próprio (Patrimônio Líquido) | 862.600 | 791.123 |
| Capital Total | 983.509 | 929.511 |
| % de Capital de Terceiros | 12% | 15% |
| % de Capital Próprio | 88% | 85% |

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nível zero de endividamento do CTC, devido a liquidação de contrato de financiamento celebrado com a FINEP, a Administração entende que a Companhia tem linha de produto geradora de caixa, liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos períodos. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições da Companhia, a Administração acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

O endividamento da Companhia é composto pelas linhas do passivo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, sendo:

- Liquidez Geral: $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$.
- Liquidez Corrente: a razão entre ativo circulante (direitos a curto prazo) e passivo circulante (dívidas a curto prazo).

Em 31 de março de 2023, os índices de liquidez geral e corrente foram de 4,1 e 4,7, respectivamente. Os maiores impactos para o aumento do índice de liquidez corrente da Companhia, quando se compara a posição de 31 de março de 2023 com a posição no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, deu-se principalmente pelo aumento de saldos em caixa e equivalentes de caixa originados de uma maior geração de caixa no exercício. Para a liquidez geral, o aumento do índice de 31 de março de 2023 para final do exercício de 2022 deu-se pela redução do endividamento total somado ao aumento de saldos em caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de março de 2022, os índices de liquidez geral e corrente foram de 3,5 e 3,6, respectivamente. Os maiores impactos para o aumento do índice de liquidez corrente da Companhia, quando se compara a posição de 31 de março de 2022 com a posição no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, deu-se principalmente pelo aumento de saldos em aplicações financeiras originados de uma maior geração de caixa no exercício. Para a liquidez geral, o aumento do índice de 31 de março de 2022 para final do exercício de 2021 deu-se pela redução do endividamento total somado ao aumento de saldos em caixa e equivalentes de caixa.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Administração destaca que a fonte de financiamento da Companhia foi destinada, atualmente, exclusivamente aos projetos e investimentos em laboratórios e equipamentos para os mesmos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 foi mantido o financiamento anteriormente contratado por meio de linhas de crédito subsidiadas por agências de fomento à inovação e desenvolvimento, como FINEP. Por outro lado, são mantidas linhas de crédito aprovadas em bancos de primeira linha, as quais ainda não foram utilizadas.

A linha da FINEP que foi totalmente amortizada na safra 22/23 era pré-fixada em 4% a.a. e a Companhia, com período de amortização de 10 (dez) anos. Essa linha de crédito financiou até 90% dos desembolsos totais dos projetos.

A Administração acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data do Formulário de Referência, a Administração entende que os recursos atuais são suficientes para o cumprimento de suas obrigações. O capital de giro tem sido financiado integralmente pela geração de caixa e pelo recente aumento de capital, já explicado no item d. Além disso, a Companhia possui acesso a linhas de crédito em bancos de primeira linha para eventuais necessidades de caixa, sendo que, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende usá-las.

Informações detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas, com discriminação de valores, taxas e prazos de vencimento, são apresentadas na alínea f do item 2.1 do Formulário de Referência.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, o capital de terceiros (Passivo circulante mais passivo não circulante) da Companhia foi de R\$ 120.909 mil e R\$ 138.388 mil, respectivamente. No que se refere à linha de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia, o montante estava totalmente amortizado em 31 de março de 2023 e R\$ 16.190 mil em 31 de março de 2022.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, os saldos de empréstimos e financiamentos representavam captações junto a FINEP e BNDES para desenvolvimento tecnológico.

O Contrato de Financiamento com a FINEP foi celebrado em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 227.584 mil, com vencimentos entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia têm as seguintes características, conforme demonstrações financeiras de 31 de março de 2023 e 2022.

| (Em R\$ mil) | | Vencimento | | | Saldo devedor | | |
|----------------|-------|------------|------|------|---------------------|------------|---------------|
| Modalidade | Moeda | Encargos | de | até | Garantias | Em | |
| | | | | | | 31/03/2023 | 31/03/2022 |
| | | | | | Alienação | | |
| Finame | R\$ | 2,5% a.a. | 2013 | 2021 | fiduciária de ativo | - | - |
| | | | | | Imobilizado | | |
| FINEP | R\$ | 4% a.a. | 2013 | 2022 | Fiança bancária | - | 16.190 |
| BNDES | R\$ | 4% a.a. | 2013 | 2022 | Fiança bancária | - | - |
| BNDES | R\$ | TJLP | 2013 | 2023 | Fiança bancária | - | - |
| TOTAL | | | | | | - | 16.190 |
| Circulante | | | | | | - | 16.190 |
| Não circulante | | | | | | - | - |

Contratos de empréstimos e financiamento relevantes nos dois últimos exercícios sociais:

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

O Contrato de Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, foi celebrado em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 227,6 milhões e com vencimentos entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022. Os recursos foram destinados para aquisição de maquinários, equipamentos, obras civis, pagamento de equipe, consultorias, despesas de viagem e serviços de terceiros, com a finalidade de avançar nos projetos de Biotecnologia, Sementes Artificiais, Melhoramento Genético convencional, Biomassa e Etanol Celulósico (no projeto de Etanol Celulósico, referem-se a despesas de operação não previstas no contrato do BNDES descrito acima). Os desembolsos da FINEP foram efetuados em *tranches* e de acordo com o cronograma de desembolsos da Companhia.

O contrato foi totalmente amortizado na safra 22/23.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, nos dois últimos exercícios sociais, a Companhia não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que, durante os dois últimos exercícios sociais, não existiu grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída, conforme previsto na legislação em vigor. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contém com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

Em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía qualquer contrato de financiamento com

cláusulas restritivas (*covenants* financeiros).

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

As fianças bancárias que garantem alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esse tipo de operação.

Além disso, a Companhia não possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de índices financeiros, operacionais e performance financeira e, portanto, não há exigibilidade de cumprimento de *covenants*.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os Diretores da Companhia informam que foram utilizados, nos últimos dois exercícios sociais, recursos provenientes das linhas de crédito para pesquisa e desenvolvimento financiados pela FINEP e pelo BNDES. Os recursos foram liberados conforme cronograma físico-financeiro de cada projeto ou conforme comprovação de gastos, não havendo saldo remanescente a ser liberado. Todos os financiamentos já contratados foram utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2022

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %) | 31/03/2023 | AV | 31/03/2022 | AV | AH |
|---|------------|------|------------|------|------|
| Receita líquida | 367.142 | 100% | 421.455 | 100% | -13% |
| Custos de pesquisa e serviços prestados | -155.343 | -42% | -137.369 | -33% | 13% |
| Lucro bruto | 211.799 | 58% | 284.086 | 67% | -25% |
| Despesas administrativas e com vendas | -105.610 | -29% | -95.524 | -23% | 11% |
| Outras receitas (despesas) operacionais | -13.552 | -4% | -3.302 | -1% | 310% |
| Despesas operacionais | -119.162 | -32% | -98.826 | -23% | 21% |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | 92.637 | 25% | 185.260 | 44% | -50% |
| Resultado financeiro, líquido | 45.155 | 12% | 15.593 | 4% | 190% |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 137.792 | 38% | 200.853 | 48% | -31% |
| Imposto de renda e contribuição social | -46.355 | -13% | -66.850 | -16% | -31% |
| Lucro líquido do período | 91.437 | 25% | 134.003 | 32% | -32% |

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 367,1 milhões comparativamente a R\$ 421,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 54,3 milhões ou 13%, sendo a receita líquida do período formada pelo *royalty*

de licenciamento de tecnologia. A redução é decorrente do término da vigência da patente e consequente direito a cobrança de royalties das variedades CTC 1 a 5 compensadas por um maior plantio de variedades de maior preço, variedades elite e variedades geneticamente modificadas. A área faturada reduziu de aproximadamente 1,82 milhão de hectares no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 para 1,16 milhão de hectares no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, já o *market share* de plantio no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 atingiu 34% em variedades CTC, de acordo com informações da Companhia. Como o CTC reconhece a receita de *royalties* no ano subsequente ao do plantio o aumento do *market share* tem efeito no encerramento do exercício em 31 de março de 2023.

A Receita da Companhia para o ano é calculada com base no número de hectares de variedades CTC plantadas nos clientes multiplicada pelo preço estabelecido em contrato. Esse valor é reconhecido em base mensal e eventuais ajustes advindos de verificação de divergência entre a área considerada para fins de faturamento e a área identificada no campo, através dos procedimentos de aplicação, é registrado com efeitos prospectivos, dentro da safra. Ainda, a receita de *royalties* – terceiros reduziu de R\$ 138,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 para R\$ 108,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, enquanto a receita de *royalties* – partes relacionadas reduziu de R\$ 303,7 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2022 para R\$ 265,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

Custo de pesquisa e Serviços Prestados

O custo de pesquisa e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 155,3 milhões comparativamente a R\$ 137,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 18,0 milhões, ou 13%. Este aumento é atribuído substancialmente ao custo de materiais e serviços aplicados em pesquisa.

Lucro bruto

Como resultado do disposto acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 211,8 milhões comparativamente a R\$ 284,0 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 72,3 milhões ou 25%.

Despesas administrativas e com vendas

As despesas administrativas e com vendas no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foram de R\$ 105,6 milhões comparativamente a R\$ 95,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 10,0 milhões ou 11%. O item despesas administrativas e com vendas representou 29% e 23% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído ao retorno das atividades pós pandemia e consequente crescimento dos desembolsos.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 somam uma despesa de R\$ 13,5 milhões comparativamente a despesa de R\$ 3,3 milhões no mesmo período de 2022. Este aumento das despesas é atribuído substancialmente a contabilização de benefícios pós emprego e a perdas sobre créditos reconhecidas no exercício

social encerrado em 31 de março de 2022.

Despesas operacionais

Como resultado do disposto acima, as despesas operacionais no exercício social encerrado 31 de março de 2023 foram de R\$ 119,1 milhões comparativamente a R\$ 98,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 20,3 milhões ou 21%. Esta variação é reflexo do retorno as atividades pós pandemia e impacto do reconhecimento de benefícios pós emprego e de perdas sobre créditos mencionados acima.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 45,1 milhões comparativamente a R\$ 15,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 29,6 milhões. Resultado financeiro, líquido representou 12% e 4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao alto rendimento dos investimentos em renda fixa do período. A Companhia tem por política financeira não ter aplicações financeiras em renda variável.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do disposto acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 137,8 milhões comparativamente a R\$ 200,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 63,0 milhões ou 31%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 46,3 milhões comparativamente a R\$ 66,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 20,5 milhões ou 31%. O imposto de renda e contribuição social representou 13% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Esta redução é atribuída substancialmente a redução do lucro tributável do período que variou de R\$ 200,8 milhões para R\$ 137,8 milhões, impactado pela redução do resultado operacional.

Lucro líquido do período

Como resultado do disposto acima, o lucro no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 91,4 milhões comparativamente a R\$ 134,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de R\$ 42,6 milhões ou 32%.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- ✓ Receitas de *royalties* – terceiros;
- ✓ Receitas de *royalties* – *partes relacionadas*;
- ✓ Mudanças de cana;
- ✓ Receita de Cana Moagem – cana-de-açúcar dos polos de pesquisa que podem ser destinadas a venda para moagem.

A Companhia classifica seus produtos conforme descrito abaixo. Adicionalmente, na tabela abaixo, informamos a participação na receita oriundo de cada um destes:

- ✓ Variedades Convencionais – CTC 1 a 26;
- ✓ Variedades Premium (Elites) – CTC Serie 9000 – CTC 9001 a CTC 9007 (9001, 9002, 9003, 9004M, 9005HP, 9006 e 9007); e
- ✓ Variedades Geneticamente Modificadas – 9001 Bt e CTC 20 Bt.

| Variedades Safra 22/23 (faturado até 31 de março de 2023) | Fim da Proteção/ + 1 ano faturável | Área faturável para a safra 2022/2023 (HA) | Preço Médio (R\$/HA) |
|---|---|---|-------------------------|
| CTC15 | 02/2024 | 30.467 | 221 |
| CTC20 | 10/2025 | 57.530 | 221 |
| CTC22994 | 04/2035 | 44.199 | 221 |
| CTC961007 | 04/2035 | 28.148 | 221 |
| CTC9000 | 04/2028 | 737.516 | 347 |
| CTC9004M | 02/2031 | 60.753 | 347 |
| CTC9006 | 02/2035 | 21.968 | 347 |
| CTC9005HP | 02/2031 | 45.331 | 414 |
| CTC9001Bt | 12/2038 | 13.448 | 636 |
| CTC20Bt | 06/2032 | 7.969 | 509 |
| | Área das Principais Variedades | 1.047.330 | |
| | Área Total Faturada | 1.088.721 | |
| | Percentual das Principais Variedades | 96,20% | |

Deduções das Receitas Impostos Incidentes: PIS e COFINS sobre *royalties* de licenciamento de tecnologia. Contabilização / Reconhecimento da Receita: Os *royalties* devem ser apropriados ao resultado de acordo com os termos do contrato e devem ser usualmente reconhecidos nessa base. O contrato de licenciamento da Companhia dá direito ao uso da variedade plantada em cada ano safra, por isso há a linearização da receita em 12 meses. Assim, todo ano a receita será corrigida via contrato pelo indexador IPCA (majoritariamente para alguns clientes ainda é aplicado o IGP-M) e pelo censo informado pelo cliente, revisado e validado pela Companhia. A cada novo censo a receita é linearizada (por 12 meses - no ano societário safra) de acordo com a informação recebida dos clientes.

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de

suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 foi advinda de operações de licenciamento de tecnologia, principalmente de variedades de cana.

Em aderência às normas brasileiras e internacionais de contabilidade, a Companhia não reconhece a receita de clientes cujo recebimento não é esperado (IFRS 15 / CPC 47), mas o faturamento é devido por força contratual. Clientes cujo faturamento é reconhecido e o *default* ocorre durante a safra, têm sua perda contabilizada como provisão para perda de devedores duvidosos.

Em 31 de março de 2023, o valor não reconhecido de receita de clientes era de R\$ 5,0 milhões, ou 1 % do faturamento de *royalties*. Em 31 de março de 2022, o valor não reconhecido de receita de clientes era de R\$ 4,7 milhões, ou 1% do faturamento de *royalties*. A contrapartida do não reconhecimento de receita e da provisão para perda de devedores duvidosos são contabilizados na rubrica no contas a receber.

Não houve fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos componentes importantes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nos itens 2.2(b) e 2.2(c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de condições macroeconômicas, em que os principais fatores são: preços dos insumos (atrelados ao dólar) utilizados, taxas de câmbio, inflação, taxa de juros e sazonalidade por conta de uma estiagem ou excesso de chuva que possa adiar ou dificultar o plantio em determinadas épocas do ano, em relação aos nossos clientes.

A Administração baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “*Royalties*”, provenientes de variedades de cana-de açúcar até 31 de março de 2023, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

O crescimento da receita dá-se tanto pela crescente adoção das variedades CTC pelo mercado, ou seja, aumento do *market share*, quanto pela maior participação de produtos de maior valor agregado no mix e aplicação de índice de correção inflacionária. As receitas operacionais relacionadas a *Royalties* de Variedades de Melhoramento Varietal da Companhia são indexadas ao IPCA a partir da safra 21/22.

O quadro a seguir demonstra a origem das receitas relevantes da Companhia nos últimos dois anos por tipo de produto final:

| R\$ mil | 31/03/2023 | 31/03/2022 |
|---|------------|------------|
| Receitas de <i>Royalties</i> de Material Genético | 373.778 | 441.955 |
| Outras receitas operacionais | 27.844 | 20.376 |

| | | |
|--------------|----------------|----------------|
| Impostos | (34.480) | (40.876) |
| Total | 367.142 | 421.455 |

A principal variação deu-se nas receitas de *royalties* de variedade no segmento de Melhoramento Genético, o que caracteriza o aumento da adoção das variedades licenciadas pela Companhia. Os impostos incidentes acompanham esta receita e são formados basicamente pelo PIS e COFINS.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O crescimento da receita no decorrer dos dois últimos exercícios foi impulsionado pela ampliação de *market share*, mix de variedades e preço médio dos *royalties* de variedades.

A variação na receita de *royalties* da Companhia no período em questão deu-se devido ao término da vigência da patente e conseqüente direito a cobrança de *royalties* das variedades CTC1-12 suavizadas pela correção de seus contratos pelo índice IPCA e Mix de produtos acordados. A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 367.142 mil e em 31 de março de 2022 foi de R\$ 421.455 mil, representando redução de 13% entre 2023 e 2022.

O IGP-M é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência. Quando foi concebido, esse índice teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixados acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica. Abaixo, demonstramos o desempenho dos índices IGP-M e IPCA calculados pela Fundação Getúlio Vargas nos períodos de 12 meses encerrados em

| | IGP-M | IPCA |
|------------|--------------|-------------|
| 31/03/2023 | 0,17% | 4,65% |
| 31/03/2022 | 14,77% | 11,29% |

A partir de março de 2021, os contratos passaram a ser corrigidos pelo IPCA.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O Resultado Operacional da Companhia não foi afetado por variações relevantes de preços de insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Considerando que a atividade da Companhia é voltada para pesquisa e desenvolvimento, tais fatores têm pouca influência sobre o resultado operacional. A inflação medida pelo IPCA é, no entanto, a partir da safra 21/22, referência para a correção do preço de *royalties* cobrado pelo CTC.

O aumento dos Custos de P&D, produtos vendidos e serviços prestados, quando comparado o exercício social encerrado em 31 de março de 2023 com o encerrado em 31 de março de 2022, ocorreu devido a retomada integral das atividades e processos relacionados ao P&D. Para as despesas administrativas, os maiores dispêndios foram ocasionados pela retomada

das contratações e considerando a adequação da Companhia aos padrões de *compliance* e governança corporativa e reestruturação interna das áreas de Recursos Humanos, Financeira e Planejamento Estratégico, demandados de uma empresa de capital aberto categoria A, que tem sido adotada desde 2019.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

IFRS 15 (CPC 47)

A IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contratos com clientes introduz uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto é reconhecida a receita. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 - *Revenue* (CPC 30 - Receitas), IAS 11 - *Construction Contracts* (CPC 17 - Contratos de Construção) e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais, a Companhia não identificou impactos relevantes no reconhecimento de suas receitas. O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de abril de 2018. Consequentemente, a informação de 31 de março de 2018 não foi rerepresentada – isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente sob o CPC 30 / IAS 18, o CPC 17/ IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

IFRS 9 (CPC 48)

A IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros retém em grande parte os requerimentos existentes na IAS 39 (CPC 38) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, a referida norma elimina as antigas categorias da IAS 39 (CPC 38) para ativos financeiros: (i) mantidos até o vencimento, (ii) empréstimos e recebíveis e (iii) disponíveis para venda.

A IFRS 9 (CPC 48) estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pela IFRS 9 (CPC 48), a Companhia não rerepresentou suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

IFRS 16 (CPC 06 (R2))

O IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com

base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

Os detalhes das novas práticas contábeis das novas normas estão detalhados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Administração informou que não houve qualquer opinião modifica e ênfase de nossos auditores com relação às Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022.

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No último exercício social, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No último exercício social, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico (conforme informações disponíveis no item 1.12 e no item 2.1(h) deste Formulário de Referência).

(c) Eventos ou operações não usuais

No último exercício social, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos dois exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

| | Exercício encerrado em 31 de março de (Em milhões de reais) | |
|---------------------------------|---|------------|
| | 31/03/2023 | 31/03/2022 |
| EBITDA | 130.964 | 217.428 |
| EBITDA Ajustado | 144.516 | 220.733 |
| Margem EBITDA | 35,67% | 51,6% |
| Margem EBITDA Ajustado | 39,36% | 52,4% |
| Dívida Líquida | (375.917) | (335.475) |
| Índice de Dívida Líquida | -44% | -42% |

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”).

O EBITDA consiste no lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social e financeiras líquidas e das depreciações e amortizações, sendo esta a definição para o cálculo do EBITDA utilizada pela Companhia.

O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA, ajustado por outras receitas e (despesas) operacionais, o EBITDA Ajustado não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeiras de curto e longo prazo. O índice da dívida líquida é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do lucro líquido da Companhia para o EBITDA, EBITDA Ajustado, bem como Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado para os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

| | Exercício encerrado em 31 de março de (Em milhões de reais, exceto %) | |
|--|---|------------|
| | 31/03/2023 | 31/03/2022 |
| Lucro líquido do exercício | 91.437 | 134.003 |
| (±) Imposto de renda e contribuição social | 46.355 | 66.850 |

| | | |
|---|----------------|----------------|
| (±) Resultado financeiro líquido | (45.155) | (15.593) |
| (+) Depreciação e amortização | 38.327 | 32.168 |
| EBITDA | 130.964 | 217.428 |
| Receita Operacional Líquida | 367.142 | 421.455 |
| Margem EBITDA | 35,67% | 51,60% |
| (-) Outras despesas ou (receitas) operacionais ⁽¹⁾ | (13.552) | (3.302) |
| Perda por desvalorização de ativo imobilizado | - | - |
| EBITDA Ajustado | 144.516 | 220.733 |
| Margem EBITDA Ajustado | 39,36% | 52,40% |

(1) Outras despesas (receitas) operacionais representam, em 31 de março de 2023 perda com títulos de clientes no valor de R\$7.950 e assistência médica pós-emprego no valor de R\$5.980 compensados a outras receitas inclusive na venda de ativos no valor de R\$378, em 31 de março de 2022 perda com títulos de clientes no valor de R\$8.665 mil e outras receitas com venda de ativos no valor de R\$5.363.

Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeiras de curto e longo prazo. O índice da dívida líquida é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida em 31 de março de 2023 e 2022, bem como o Índice da Dívida Líquida para esses períodos:

| (em milhares de Reais, exceto índices) | Em 31/03/2023 | Em 31/03/2022 |
|---|------------------|------------------|
| (+) Empréstimos e financiamentos (Circulante e Não Circulante) | - | 16.190 |
| (-) Caixa e Equivalente de Caixa e aplicação financeira (circulante e não circulante) | (375.917) | (351.665) |
| Caixa Líquido | (375.917) | (335.475) |
| Patrimônio Líquido | 862.600 | 791.123 |
| Índice da Dívida Líquida | -43,58% | -42,40% |

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

A administração da Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas representam as especificidades do negócio e são medições úteis para o entendimento de seus negócios e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, utilizadas por sua administração para avaliação do desempenho da Companhia.

Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e do Índice da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

2.7. Política de Destinação Dos Resultados

| | 31/03/2023 |
|---|---|
| (a) Regras sobre retenção de lucros | De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o nosso Estatuto Social (art.30), o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% deverá ir para a constituição de Reserva Legal, até atingir 20% do nosso capital social; (ii) o necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o valor necessário para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 27 do nosso Estatuto Social. A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a competência para deliberar sobre retenção de lucros é dos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária. |
| (a.i) Valores sobre retenção de lucros | Em 31 de março de 2023, a Companhia reteve a título de: Reserva legal: R\$ 4,6 milhões, que consiste em 5% no lucro líquido do exercício. Reserva Estatutária: R\$ 65,1 milhões, que consiste em 71% do lucro líquido do exercício. |
| (b) Regras sobre distribuição de dividendos | Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após constituição da reserva legal. |
| (c) Periodicidade das distribuições de dividendos | Ao fim de cada exercício social, e no último dia de cada trimestre civil, serão levantadas as demonstrações financeiras previstas nas disposições legais em vigor. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais ou trimestrais, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório. |
| (d) Restrições à distribuição de dividendos | Estão sujeitas a veto da BNDESPAR as seguintes matérias relacionadas à distribuição de dividendos: (a) redução do dividendo anual obrigatório distribuição de dividendos em montante inferior ao dividendo anual obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, bem como retenção de lucro da Companhia após o término do período de quatro anos a contar da data de assinatura do referido Acordo de Acionistas, sendo certo que durante esse período inicial de quatro anos a BNDESPAR não terá o direito a veto em relação a retenção de lucro da Companhia. |

(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 17/06/2021, foi aprovada dita política pelo Conselho de Administração, estando a mesma disponível no site <http://ri.ctc.com.br/>

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivo

A Administração esclarece que no último exercício social, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Administração esclarece que no último exercício social, não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras Companhia.

(iii) Contratos de construção não terminada

A Administração esclarece que no último exercício social, não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Administração esclarece que no último exercício social, não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Administração esclarece que no último exercício social, não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os diretores informam que no exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2023, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento que podem afetar a rubrica de intangível e Custo de Pesquisa e Desenvolvimento serão de aproximadamente R\$ 159 milhões. Os projetos contemplados com estes dispêndios serão o melhoramento genético convencional, biotecnologia, sementes artificiais e edição genômica.

Investimentos em P&D

Para a rubrica de imobilizado, os diretores informaram que na safra 2022/2023 os investimentos se concentrarão na aquisição de equipamentos para o projeto de sementes sintéticas, laboratórios de biotecnologia (celular, biologia da planta, entomologia, edição genômica e outros), melhoria nos laboratórios de melhoramento genético convencional, entre outros. Tais investimentos serão da ordem de aproximadamente R\$ 21 milhões. Além do investimento em imobilizado em P&D a Companhia possui outros projetos relacionados a Tecnologia da Informação e Infraestrutura de polos e área comercial na ordem de R\$ 4,6 milhões.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os diretores informaram que os investimentos, em quase sua totalidade, foram e serão financiados por meio de recursos próprios obtidos pela geração operacional de caixa, além de recursos das agências de financiamento, tais como FINEP.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de março de 2023, não existia desinvestimentos em andamento ou previsão de desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 31 de março de 2023, não existia previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os diretores informaram que os novos produtos em andamento de maior relevância foram os relacionados à transgenia e sementes artificiais.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Os diretores informaram que os montantes envolvidos no desenvolvimento de novos produtos em andamento no exercício social corrente correspondem à totalidade dos investimentos (intangível e custo dos projetos).

O CTC é uma empresa de biotecnologia – um dos mais renomados centros de tecnologia aplicada à cana-de-açúcar do mundo - e, portanto, suas atividades se baseiam na pesquisa e desenvolvimento, atividade para a qual são basicamente destinados seus investimentos. Para desenvolver seus produtos, a Companhia conta com equipe altamente especializada e capacitada em melhoramento genético e biotecnologia.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item “c.i.” acima.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item “c.ii.” acima.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O compromisso com o meio ambiente está na essência do CTC. Ao desenvolver novas tecnologias com ganhos de produtividade, permitimos o crescimento sustentável do setor, com redução do impacto ambiental da produção agrícola em consequência da menor expansão da área de cultivo e necessidade de recursos e insumos.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores com influência relevante.

ANEXO B - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE MARÇO 2023

Anexo A da Resolução CVM 81

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de março de 2023, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 91.436.586,59 (noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A administração propõe a distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de março de 2023 no montante de R\$ 21.716.189,32 (vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos).

O valor do dividendo por ação é, aproximadamente, de R\$ 0,0677.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A proposta de distribuição de dividendos representa 25% do lucro líquido ajustado, após (i) destinação para a reserva legal, no montante de R\$ 4.571.829,33 (quatro milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos), e (ii) destinação para reserva estatutária, no montante de R\$ 65.148.567,94 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica, pois não estão sendo propostos ou foram distribuídos no decorrer do exercício social encerrado em 31/03/2023 dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

R\$ 21.716.189,32 (vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos), que é o valor proposto pela administração para pagamento de dividendos, uma vez que não houve valores aprovados antecipadamente referentes ao exercício encerrado em 31/03/2023.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos em parcela única em 31 de julho de 2023.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos propostos será feito pelo valor determinado, não incidindo atualização ou juros até a data prevista para seu pagamento.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração para a identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento de dividendos será 20 de junho de 2023, data de realização da AGOE de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica, pois não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

| R\$ | 2023/22 | 2022/21 | 2021/20 | 2020/19 |
|----------------------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 91.436.586,59 | 134.002.908,77 | 108.397.600,19 | 19.390.099,71 |

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia distribuiu os seguintes dividendos: exercício 2023/22 - valor de R\$ 21.716.189,32; exercício 2022/21 - valor de R\$ 31.825.690,83; e exercício 2021/20 - valor de R\$ 25.744.430,05.

Não foram distribuídos juros sobre o capital próprio nos últimos três exercícios.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 4.571.829,33 (quatro milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro do exercício, foi aplicado o percentual de 5%, conforme Lei das S.A.

Lucro líquido do exercício: R\$ 91.436.586,59

(=) Base de cálculo para reserva legal: R\$ 91.436.586,59

Reserva legal de 5% sobre a base: R\$ 4.571.829,33

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme capítulo VI, artigo 30, o lucro líquido do exercício social deverá ser distribuído da seguinte forma: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, para a reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da Lei das S.A.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d. Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Artigo 30 do Estatuto social – O lucro líquido do exercício social da Companhia deverá ser distribuído da seguinte forma: a) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação, para reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social; b) 25% no mínimo serão destinados ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas apurado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76; c) o percentual que for definido

pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta do Conselho de Administração, observado o limite estabelecido no Parágrafo único abaixo, poderá ser destinado a uma reserva estatutária denominada Reserva de Integridade do Patrimônio Líquido; e d) o lucro remanescente após as destinações previstas nas alíneas “a” e “c” deste Artigo, e que não tenha sido destinado na forma dos Arts. 193 a 197 da Lei 6.404/76, será distribuído aos acionistas como dividendo adicional.

b. Identificar o montante destinado a reserva

R\$ 65.148.567,94 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para constituição de reserva estatutária.

c. Descrever como o montante foi calculado

Do lucro do exercício, foram destinados 5% à reserva legal, 25% aos dividendos mínimos e 100% do saldo restante foi destinado a reserva estatutária.

Lucro líquido do exercício: R\$ 91.436.586,59

(-) Reserva legal de 5% sobre o lucro líquido: R\$ 4.571.829,33

Saldo de lucro líquido do exercício: R\$ 86.864.757,26

(-) Dividendos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado: R\$ 21.716.189,32

Saldo final destinado a reserva estatutária: R\$ 65.148.567,94

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não se aplica, pois não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Não se aplica, pois não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência nos termos do Artigo 11 da Resolução CVM 81

7.3 - Informações dos candidatos aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia

As informações abaixo referem-se aos candidatos aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia:

| Nome | Data de Nascimento | Profissão | Nº do CPF/ Passaporte | Cargo eletivo ocupado | Data de Eleição | Data de Posse | Prazo do mandato | Outros cargos | Eleito pelo Controlador (Sim/Não) | Independente (Sim/Não) | Data do Primeiro Mandato | Condenações |
|----------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------------------|-----------------|---------------|---------------------|--|-----------------------------------|------------------------|--------------------------|--|
| Fábio Venturelli | 25/10/1965 | Engenheiro de Produção | 114.256.038-40 | Membro do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Membro do Comitê de Partes Relacionadas e Coordenador do Comitê de IPO | sim | não | 30/07/2013 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |
| Fernando de Castro Reinach | 03/04/1956 | Biólogo | 052.720.088-39 | Membro do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Coordenador do Comitê Científico e Membro do Comitê de Partes Relacionadas | não | sim | 29/06/2015 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |
| Luis Roberto Pogetti | 16/01/1959 | Administrador de Empresas | 991.829.988-68 | Membro do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Membro do Comitê de IPO | sim | não | 12/01/2011 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |

| | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|------------|---------------------------|----------------|--|------------|------------|---------------------|--|-----|-----|------------|--|
| Mário Lindenhayn | 03/02/1964 | Administrador de Empresas | 104.390.558-81 | Vice-Presidente do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Membro do Comitê de Recursos Humanos | sim | não | 13/02/2020 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |
| Mário Luiz Lorencatto | 01/01/1959 | Economista | 016.926.758-00 | Membro do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Membro do Comitê de Recursos Humanos | sim | não | 09/11/2018 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |
| Pedro dos Passos | 13/02/1976 | economista | 045.364.577-12 | Membro do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | n.a. | sim | não | 20/06/2023 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |
| Pedro Isamu Mizutani | 29/06/1959 | Engenheiro | 023.236.298-06 | Presidente Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Cordenador do Comitê de Recursos Humanos e Membro do Comitê de IPO | sim | não | 12/01/2011 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |
| Pedro Wongtschowski | 24/04/1946 | Engenheiro Químico | 385.585.058-53 | Membro do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Membro do Comitê de Auditoria e Coordenador do Comitê de Partes Relacionadas | não | sim | 18/09/2014 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |

| | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|------------|---------------------------|----------------|-------------------------------------|------------|------------|---------------------|--------------------------------------|-----|-----|------------|--|
| Pierre Louis Joseph Santoul | 28/03/1967 | Administrador de Empresas | 237.917.098-36 | Membro do Conselho de Administração | 20/06/2023 | 20/06/2023 | 2 anos até AGO 2025 | Membro do Comitê de Recursos Humanos | sim | não | 27/03/2019 | Não ocorreu nenhuma condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação que pudesse afetar a atividade profissional do referido administrador. |
|-----------------------------|------------|---------------------------|----------------|-------------------------------------|------------|------------|---------------------|--------------------------------------|-----|-----|------------|--|

Cumpra-se destacar que a data de posse acima informada é apenas indicativa. Caso o referido candidato a membro do Conselho de Administração seja eleito, a sua efetiva data de posse será devidamente indicada no Formulário de Referência, nos termos da regulamentação aplicável.

| Nome | Experiência Profissional (durante os últimos 5 anos) dos candidatos a membros efetivos do Conselho de Administração |
|----------------------------|--|
| Fábio Venturelli | <p>Graduado em Engenharia de Produção pela Politécnica, USP (1988), e com Executive Education no INSEAD em Fontainebleau, França (2000). Possui mais de 30 anos de experiência nas áreas de Gestão Corporativa, Gerenciamento de Negócios Globais e Gerenciamento Comercial na indústria de produtos químicos e plásticos, com vasta experiência em gestão de empresas nacionais e internacionais. Iniciou sua carreira na The Dow Chemical, onde ocupou diversos cargos no Brasil e nos Estados Unidos, incluindo Diretor Global de Negócios e Diretor Corporativo de Desenvolvimento Estratégico (1989/2007). Em 2007, assumiu o desafio de liderar a São Martinho como CEO, desempenhando papel fundamental para o crescimento estratégico da Companhia, a posicionando como uma das maiores empresas do setor sucroenergético brasileiro.</p> <p>Foi membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2010/2017), joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocom bustível S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (2016/2017), da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A (2014/2017), e Conselheiro Independente da Braskem S.A. (2018/2020).</p> |
| Fernando de Castro Reinach | Em sua carreira executiva, foi Diretor Executivo da Votorantim Novos Negócios, no período de 2001 a 2010 e desde 2011 é Sócio e Diretor Executivo do Fundo Pitanga, empresa de venture capital. É membro do Conselho de Administração da AMYRIS. |
| Luis Roberto Pogetti | <p>Formado em Administração de Empresas pela PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é Mestre em Administração de Empresas e pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Pogetti construiu reconhecida carreira como executivo na área Financeira, e, atualmente, atua como Presidente do Conselho de Administração da COPERSUCAR S.A.</p> <p>Atua como membro do Conselho de Administração da Eco-Energy Global Biofuels, LLC., e como Presidente dos Conselhos de Administração da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e da Alvean. Destaca-se, também, sua atuação como membro do Conselho Deliberativo da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – ÚNICA, do Conselho de Administração da Lógum Logística S.A., do Conselho Consultivo Internacional FDC – Fundação Dom Cabral e do Conselho da Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda. Foi eleito conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República.</p> |
| Mário Lindenhayn | <p>Presidente da BP Biocombustíveis, Mario Lindenhayn é ex-aluno do Colégio Humboldt, onde estudou alemão durante todo o período escolar. Fez o curso de Gestão Empresarial no IFPA, estagiando na Bayer, empresa na qual permaneceu de 1985 ao ano 2000. Depois atuou na Rhodia até 2009, chegando a ser responsável por 12 unidades de negócios com 25 fábricas em diversos países. Atualmente responsável por 4,5 mil funcionários.</p> <p>Destaca-se, ainda, sua atuação como Vice-Presidente da FIESP e membro do Conselho de Administração de várias empresas, como BNDES, SABESP, CESP, SADIA.</p> |
| Mário Luiz Lorencatto | O Sr. Lorencatto assumiu a Presidência da Usina Coruripe em fev/18. Anteriormente, atuou como Presidente para a América do Sul da Lonza Group AG e exerceu cargos executivos em empresas do agronegócio - El Tejar Ltd Argentina e Zilor - e, no exterior, na Philip Morris/Kraft Foods e Caterpillar. É graduado em Economia pela FEA/USP e concluiu MBA na Vanderbilt University - School of Management USA. |

| | |
|-----------------------------|--|
| Pedro dos Passos | Graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1999), mestrado em Economia pelo Instituto de Economia da UFRJ (2003) e MBA em finanças pelo IBEMEC-RJ (2009). Atua no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES desde 2002 como Chefe do Departamento de Logística e Transportes, responsável pelos financiamentos nos setores de ferrovias, portos, operadores logísticos, navegação e cabotagem. Atuou como Gerente no Departamento de Saneamento, responsável pela análise e acompanhamento de financiamentos ao setor. (2016/2017), Chefe do Departamento de investimento em empresas fechadas (2011/2015), Gerente no Departamento de investimento e acompanhamento de pequenas e médias empresas inovadoras e Fundos de Venture Capital (2005/2011), Analista na Área Industrial, responsável pela análise e acompanhamento de financiamento no setor de tecnologia da informação. (2002/2005). |
| Pedro Isamu Mizutani | Com mais de 25 anos de experiência nas áreas administrativa, financeira e de processos produtivos do setor sucroenergético, iniciou sua carreira na Cosan, um dos maiores grupos privados do Brasil, em 1983, como supervisor de planejamento. Em 2009 assumiu a posição de Presidente de Açúcar, Alcool e Energia da Cosan e Vice-presidente do Conselho de Administração da Cosan. Atualmente o Sr. Pedro Mizutani é Vice-Presidente de Relações Externas e Estratégia da Raízen Energia S.A., formada pela joint venture entre Shell e Cosan em 2011. Membro da SIAESP/SIFAESP/ÚNICA desde 2002. Em 2016 foi Presidente do Conselho de Administração da ÚNICA. |
| Pedro Wongtschowski | Desenvolveu sua carreira profissional nas empresas ULTRAPAR Participações S/A, atuando como Presidente de 2007 a 2012; na Oxiten S/A, na posição de Diretor Superintendente, de 1992 a 2006; e anteriormente na PROMON Engenharia. É Pesquisador Associado do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da USP, desde 2012. É Presidente do Conselho de Administração da EMBRAPA II. Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI. É Presidente do Conselho Superior da ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) da Presidência da República Membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Membro do Conselho Deliberativo do Centro de Inovação Empreendedorismo e Tecnologia (CIETEC). Presidente do Conselho de Administração da ULTRAPAR Participações S.A., da EMBRAER S.A., do Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e da Votorantim S.A. |
| Pierre Louis Joseph Santoul | Ao longo de mais de 25 anos de carreira executiva, assumiu relevantes cargos diretivos junto as áreas de Vendas, Marketing, Varejo, Operações e Desenvolvimento Estratégico, em empresas como Goodyear, McKinsey & Company, Electrolux e Technicolor. Formado pela HEC School of Management em Paris. Atualmente é diretor-presidente da Tereos Açúcar e Energia Brasil desde o início de 2015, uma das empresas líderes do setor sucroenergético brasileiro, 3º maior produtor mundial de açúcar. Além de ampla presença na indústria de alimentos, com o fornecimento de açúcares, a Tereos produz em larga escala o etanol e a energia elétrica, proveniente da cogeração do bagaço de cana-de-açúcar. |

7.4 - Informações mencionadas no item 7.3 em relação aos candidatos ao conselho de administração que sejam membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

As informações foram inseridas na tabela do item 7.3 acima.

7.5 – Relações familiares

Nenhuma relação conjugal, de união estável ou de parentesco, direta ou indireta foi identificada.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|-------------------------------------|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 31/03/2023 | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Fabio Venturelli | 114.256.038-40 | Subordinação | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| São Martinho S.A. | 51.466.860/0001-56 | | |
| Diretor Presidente | | | |
| Observações | | | |
| N/A | | | |
| <hr/> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Pierre Louis Joseph Santoul | 237.917.098-36 | Controle | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. | 08.296.841/0001-08 | | |
| Diretor-presidente | | | |
| Observações | | | |
| N/A | | | |
| <hr/> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Mario Luiz Lorencatto | 016.926.758-00 | Controle | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool | 12.229.415/0001-10 | | |
| Presidente | | | |

Observações

N/A

Administrador do Emissor

 Luis Roberto Pogetti
Presidente do Conselho de Administração

991.829.988-68

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

 Copersucar S.A.
Presidente do Conselho de Administração

10.265.949/0001-77

Observações

N/A

Administrador do Emissor

 Pedro Isamu Mizutani
Vice-Presidente do Conselho de Administração

023.236.298-08

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

 Raízen Energia S.A.
Vice-Presidente de Relações Externas e Estratégia

08.070.508/0001-78

Observações

N/A

Administrador do Emissor

 Mario Lindenhayn
Membro do Conselho de Administração

104.390.558-81

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

 BP BUNGE BIOENERGIA S.A.
Executive Chairman

32.772.442/0001-42

Observações

N/A

Administrador do Emissor

| | | | |
|-------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|
| Pedro dos Passos | 045.364.577-12 | Subordinação | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| BNDES Participações S/A - BNDESPAR | 00.383.281/0001-09 | | |
| Head of Logistics Departmen | | | |
| Observações | | | |
| N/A | | | |

Exercício Social 31/03/2022

Administrador do Emissor

| | | | |
|-------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|
| Fabio Venturelli | 114.256.038-40 | Subordinação | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| São Martinho S.A. | 51.466.860/0001-56 | | |
| Diretor Presidente | | | |
| Observações | | | |
| N/A | | | |

Administrador do Emissor

| | | | |
|-------------------------------------|--------------------|----------|--------------------|
| Pierre Louis Joseph Santoul | 237.917.098-36 | Controle | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. | 08.296.841/0001-08 | | |
| Diretor-presidente | | | |
| Observações | | | |
| N/A | | | |

Administrador do Emissor

| | | | |
|-----------------------|----------------|----------|--------------------|
| Mario Luiz Lorencatto | 016.926.758-00 | Controle | Controlador Direto |
|-----------------------|----------------|----------|--------------------|

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool

12.229.415/0001-10

Presidente

Observações

N/A

Administrador do Emissor

Luis Roberto Pogetti

991.829.988-68

Controle

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Copersucar S.A.

10.265.949/0001-77

Presidente do Conselho de Administração

Observações

N/A

Administrador do Emissor

Pedro Isamu Mizutani

023.236.298-08

Controle

Controlador Direto

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Raízen Energia S.A.

08.070.508/0001-78

Vice-Presidente de Relações Externas e Estratégia

Observações

N/A

Administrador do Emissor

Mario Lindenhayn

104.390.558-81

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

BP BUNGE BIOENERGIA S.A.

32.772.442/0001-42

Executive Chairman

Observações

N/A

Exercício Social 31/03/2021

Administrador do Emissor

Fabio Venturelli

114.256.038-40

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

São Martinho S.A.

51.466.860/0001-56

Diretor Presidente

Observações

N/A

Administrador do Emissor

Pierre Louis Joseph Santoul

237.917.098-36

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.

08.296.841/0001-08

Diretor-presidente

Observações

N/A

Administrador do Emissor

Mario Luiz Lorencatto

016.926.758-00

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool

12.229.415/0001-10

Presidente

Observações

 N/A

Administrador do Emissor

Luis Roberto Pogetti

991.829.988-68

Controle

Controlador Direto

Vice- Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Copersucar S.A.

10.265.949/0001-77

Presidente do Conselho de Administração

Observações

 N/A

Administrador do Emissor

Pedro Isamu Mizutani

023.236.298-08

Controle

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Raízen Energia S.A.

08.070.508/0001-78

Vice-Presidente de Relações Externas e Estratégia

Observações

 N/A

Administrador do Emissor

Mario Lindenhayn

104.390.558-81

Controle

Controlador Direto

Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

BP BUNGE BIOENERGIA S.A.

32.772.442/0001-42

Executive Chairman

Observações

 N/A

ANEXO D - INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Itens 8.1 a 8.20 do Formulário de Referência, conforme Anexo C da Resolução CVM 80

Remuneração dos administradores

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiros e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração foi aprovada em 11 de agosto de 2017 e alterada em 17 de junho de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia (“Política de Remuneração”) e possui como principais objetivos (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os diretores estatutários, os diretores executivos, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos Comitês de assessoramento instituídos pela Companhia (em conjunto, “Executivos”) na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos. A política de remuneração da Companhia pode ser acessada em <https://ri.ctc.com.br>.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O poder de decisão sobre a proposta de remuneração dos Administradores a ser apresentada para aprovação da assembleia de acionistas é do Conselho de Administração da Companhia.

A proposta de remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é elaborada por profissionais da Companhia (Remuneração, área de Recursos Humanos) com base na Política de Remuneração do Conselho de Administração e Comitês do CTC, conforme detalhado nos subitens do item 8.1. do Formulário de Referência.

A Companhia conta com um Comitê de Recursos Humanos, o qual é responsável por examinar, discutir e recomendar mudanças na Política de Remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e longo prazo, regular e extraordinária, para todos os Diretores e membros do Conselho de Administração.

Após avaliação e consenso do Conselho de Administração, a proposta, indicando os valores máximos a serem destinados para o pagamento de remuneração dos Administradores no decorrer do novo exercício social, é submetida à aprovação da assembleia geral de acionistas.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Na definição das remunerações individuais de nossos administradores temos por base o nível de responsabilidade da função exercida e a qualificação profissional do executivo, sempre seguindo os parâmetros definidos em nossa Política de Remuneração. Como base de referência, realizamos periodicamente comparação de remuneração com empresas do mesmo segmento e de porte semelhante, de modo a garantir que tais remunerações sejam compatíveis com as melhores práticas do mercado.

No que se refere aos benefícios, realizamos constante avaliação das práticas de mercado e, eventualmente, efetuamos ajustes para alinhar a competitividade.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A reavaliação da Política de Remuneração, assim como dos valores e benefícios estabelecidos para os Administradores, é realizada anualmente pelo Comitê de Recursos Humanos, que eventualmente poderá sugerir alterações e adequações ao Conselho de Administração.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A Companhia visa manter sua remuneração com competitividade frente ao mercado, a fim de atrair, reter e motivar seus talentos a atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo. Dado o modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo já está naturalmente atrelado a ciclos mais longos e sustentáveis, a retenção de profissionais é crucial e, nesse sentido, nossa estratégia de remuneração deve refletir mecanismos que estimulem a permanência dos profissionais no médio e longo prazo.

De acordo com essa estratégia de remuneração, há um equilíbrio entre a remuneração fixa representada pelo salário-base e a remuneração de curto prazo (PPR) e longo prazo (ILP). Dessa forma, o funcionário tem um incentivo para atingir e superar as metas anuais, que estão vinculadas ao programa de PPR, assim como para buscar a implementação de ações de médio e longo prazos que gerem valor agregado para a Companhia que estão vinculadas ao nosso plano de ILP. Para mais informações sobre o referido plano, vide item 8.4 do Formulário de Referência.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Conforme política aprovada em 17/06/2021, a remuneração dos Executivos é dividida em: (1) remuneração fixa, composta por (a) remuneração fixa mensal a qual tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Por esta Política, os Executivos podem ser elegíveis a uma remuneração fixa, a qual utiliza como referência pesquisas salariais de setores similares e correlatos aos de atuação da Companhia; e (b) benefícios, os quais visam complementar a remuneração com benefícios da assistência social de forma a dar uma maior segurança aos nossos Executivos e permitir foco no desempenho de suas funções; e (2) remuneração variável, (a) de curto prazo, a qual objetiva premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social; e (b) de longo prazo, a qual tem o objetivo de gerar incentivos, bem como alinhar interesses dos executivos e dos nossos acionistas, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis.

Conselho de Administração

Remuneração mensal fixa baseada na responsabilidade de suas atribuições e alinhadas com as práticas de mercado tanto para membros efetivos independentes (sem qualquer vínculo com a Companhia) quanto para indicados (representantes do acionista e/ou com vínculo com acionistas ou que ocupam posição de diretores estatutários destes).

Diretoria Executiva (Estatutária e Não Estatutária)

A remuneração total é composta de:

- Salário base: salário mensal fixo alinhado com boas práticas de mercado sendo orientado, dentre outros fatores, por pesquisas salariais periódicas considerando, principalmente, empresas advindas de atuação similar da Companhia;
- Pacote de benefícios: compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes, composto de seguro Saúde, reembolso odontológico, *checkup* anual de saúde, auxílio medicamento, seguro de vida em grupo, previdência privada, carro e refeições subsidiadas no local de trabalho;
- Remuneração variável anual: constituída e paga por meio de Programa de Participação nos Resultados (PPR), nos termos da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Nosso Programa de Participação nos Resultados (PPR) define potencial de ganho baseado em múltiplos de salário nominal, atribuídos em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo recompensar administradores e empregados pelos resultados alcançados em curto prazo; e
- Incentivo de longo prazo: a Companhia possui em vigor o Plano de incentivo de longo prazo baseado em opção de compra de ações da Companhia, originalmente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária em 14 de janeiro de 2016 e

posteriormente aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, rerratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2021 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de junho de 2022 (“Plano ILP”).

A efetiva entrega das ações se dá através do exercício de opções de compra de ações somente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez. Entende-se por Evento de Liquidez a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia (“IPO”), bem como qualquer outro evento de liquidez privado assim considerado pelo Conselho de Administração e cujo volume financeiro seja equivalente ao IPO (“Evento de Liquidez”).

Para mais informações sobre o referido Plano ILP, vide item 8.4 do Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se e quando instalado, será estabelecida em conformidade com a legislação aplicável.

Comitê Científico

Os membros do comitê Científico fazem *jus* a uma remuneração fixa por participação em reuniões, bem como auxílios, referentes ao reembolso de despesas de viagem, hospedagem, refeições, estacionamento e outros, necessárias para deslocamento e atendimento dos compromissos da posição.

Comitê de Recursos Humanos

Os membros do comitê de Recursos Humanos não fazem *jus* a remuneração fixa ou variável por participações de reuniões, exceto no que tange aos membros independentes, cuja remuneração será fixa e mensal, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Comitê de Partes Relacionadas

Os membros do comitê de Partes Relacionadas não fazem *jus* a remuneração fixa ou variável por participações de reuniões, exceto no que tange aos membros independentes, cuja remuneração será fixa e mensal, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Comitê de Auditoria

Membros do comitê não fazem *jus* a remuneração fixa ou variável por participações de reuniões, exceto no que tange aos membros independentes, cuja remuneração será fixa e mensal, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

| 31/03/2023 ⁽¹⁾ | Salário e Pró Labore | Participação em Comitês | Benefícios ⁽²⁾ | Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR) | Remuneração Variável de longo prazo (Plano de Opções) | Total |
|---|----------------------|-------------------------|---------------------------|---|---|---------|
| Conselho de Administração | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% |
| Diretoria Estatutária e Não-Estatutária | 48,32% | 0,00% | 4,13% | 26,14% | 21,40% | 100,00% |
| Comitês | 0,00% | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% |

(1) Nosso calendário fiscal se inicia em abril com encerramento em março. Os valores apresentados na tabela acima representam o último exercício social com início em 01/04/2022 e encerramento em 31/03/2023.

(2) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos na proporção acima os custos com os benefícios descritos no item 8.1.c.(i).

Nota: Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição baseada em elementos variáveis.

| 31/03/2022 ⁽¹⁾ | Salário e Pró Labore | Participação em Comitês | Benefícios ⁽²⁾ | Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR) | Remuneração Variável de longo prazo (Plano de Opções) | Total |
|---|----------------------|-------------------------|---------------------------|---|---|---------|
| Conselho de Administração | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% |
| Diretoria Estatutária e Não-Estatutária | 50,63% | 0,00% | 3,99% | 30,47% | 14,91% | 100,00% |
| Comitês | 0,00% | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% |

(1) Nosso calendário fiscal se inicia em abril com encerramento em março. Os valores apresentados na tabela acima representam o último exercício social com início em 01/04/2021 e encerramento em 31/03/2022.

(2) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos na proporção acima os custos com os benefícios descritos no item 8.1.c.(i).

Nota: Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição baseada em elementos variáveis.

| 31/03/2021 ⁽¹⁾ | Salário e Pró Labore | Participação em Comitês | Benefícios ⁽²⁾ | Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR) | Remuneração Variável de longo prazo (Plano de Opções) ⁽³⁾ | Total |
|---------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------------|---|--|-------|
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% |

| | | | | | | |
|---|--------|-------|-------|--------|--------|---------|
| Diretoria Estatutária e Não-Estatutária | 26,64% | 0,00% | 2,80% | 16,49% | 54,07% | 100,00% |
| Comitês | 0% | 100% | 0% | 0% | 0% | 100% |

(1) Nosso calendário fiscal se inicia em abril com encerramento em março. Os valores apresentados na tabela acima representam o último exercício social com início em 01/04/2020 e encerramento em 31/03/2021.

(2) Benefícios aqui incluídos, quando de direito: estão inclusos na proporção acima os custos com os benefícios descritos no item 8.1.c.(i).

Nota: Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição baseada em elementos variáveis.

(3) No caso do incentivo de longo prazo ressaltamos que os valores acima mencionados no quadro retratam a totalidade reconhecida nos balanços da Companhia das 5 outorgas de opções realizadas do Plano ILP aprovadas pelos acionistas em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, correspondente as safras 16/17, 17/18, 18/19, 19/20 e 20/21. Para mais informações sobre o referido Plano ILP, vide item 8.4 do Formulário de Referência.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reavaliada periodicamente pela área de Remuneração da Companhia, submetida à aprovação do Conselho de Administração e, por proposta deste, da Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, conforme disposto na Lei das S.A. No caso da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa mensal é corrigida em função de acordo coletivo com o Sindicato de categoria Preponderante e, eventualmente, pode ocorrer aumento dentro da política salarial definida pela Companhia por mérito individual. No que tange à política de remuneração variável de curto prazo (PPR), as regras e definições são propostas pela área de Remuneração da Companhia, no âmbito de suas competências, e aprovadas pelo Conselho de Administração.

De maneira geral, realizamos periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, fixa e variável de curto, médio e longo prazo. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas do mesmo ramo de atividades e de porte semelhante ao da Companhia. A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia, para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa.

No que se refere aos benefícios, realizamos uma constante avaliação das práticas de mercado e, eventualmente, efetuamos ajustes para alinhar a competitividade.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

No que se refere à remuneração variável de curto prazo (PPR), os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) os indicadores de resultados de metas organizacionais da Companhia,

determinadas pelo Conselho de Administração; (ii) os indicadores de resultados de metas da Diretoria; e (iii) as avaliações de desempenho individuais dos executivos. Tais indicadores são levados em conta na determinação do valor global de PPR a ser distribuído. Seguem abaixo os componentes dos indicadores e metas considerados pela Companhia:

- Metas Organizacionais – Conjunto de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, definidas anualmente, com o objetivo de direcionar os negócios do CTC e as atividades de suas áreas durante o ano-safra, de acordo com o planejamento estratégico delineado;
- Metas das Áreas – Conjunto de metas estabelecidas pelo Presidente para as Diretorias ou Gerências/Áreas, com base nas metas organizacionais (cascateamento), que representam os desafios que mais impactam e contribuem para atingimento dos resultados do CTC como um todo nas respectivas diretorias/áreas;
- Metas Individuais – Conjunto de metas, com base nas metas organizacionais e das áreas (cascateamento), que representam a contribuição específica de cada funcionário para o cumprimento das metas de sua área de atuação.

Para o exercício safra 22/23, as metas na dimensão empresa foram divididas entre temas considerados importantes para o crescimento e sustentabilidade dos negócios da Companhia, dentre os quais estão incluídos, os seguintes:

- Crescimento de *Market Share* de variedades convencionais e GM (Geneticamente Modificado);
- Avanços e desregulamentação de produtos do pipeline de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento); e
- EBITDA.

No caso do Plano ILP, vale notar que o potencial de ganho dos respectivos beneficiários está sujeito, de forma significativa, à valorização das ações de emissão da Companhia no mercado. O Plano de incentivo de longo prazo baseado em opção de compra de ações da Companhia foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2016. Para mais informações sobre o referido plano, vide item 8.4 do Formulário de Referência.

De acordo com nossa política de remuneração variável de curto prazo, os valores de PPR são afetados pelo alcance das metas globais da Companhia, ou seja, o tamanho do pool é determinado com base no resultado da Companhia no que se refere ao alcance das metas globais estabelecidas para o exercício respectivo.

Adicionalmente, nossa política prevê níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários e funcionários, considerando os respectivos cargos, funções, responsabilidades e resultado das áreas de atuação.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Nossa estratégia de remuneração visa compor elementos de curto, médio e longo prazo que garantam alinhamento com os objetivos da Companhia, manutenção de uma remuneração competitiva frente ao mercado, atratividade para reter nossos executivos e remunerar os profissionais conforme as responsabilidades atribuídas a seus respectivos cargos e conforme o seu desempenho.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O quadro de conselheiros da Companhia é composto por até 11 conselheiros sendo que, no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, possuíamos:

- 2 remunerados mensalmente pela participação no Conselho de Administração (conselheiros independentes);
- 4 remunerados mensalmente pela participação no Conselho de Administração; e
- 3 renunciaram sua remuneração.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, e/ou efetivação de parcerias estratégicas.

A Companhia conta com um Plano de Remuneração baseado em opção de compra de ações (Plano ILP), pelo qual são elegíveis a receber ações ordinárias determinados membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e executivos em nível gerencial - Primeiro Programa de Outorga de Ações, que determina que as ações serão entregues aos Beneficiários somente na ocorrência de um Evento de Liquidez.

8.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/03/2024 – Valores Anuais | | | | |
|--|---|---|------------------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 12,00 |
| Nº de membros remunerados | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 12,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 2.700.000,00 | 4.021.021,19 | 0,00 | 6.721.021,19 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 726.478,23 | 0,00 | 726.478,23 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 3.733.038,51 | 0,00 | 3.733.038,51 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | - | - | - |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 3.733.038,51 | 0,00 | 3.733.038,51 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de | | |

| | | | | |
|-----------------------------|---|---|-------------|----------------------|
| | acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | | |
| Total da remuneração | 2.700.000,00 | 12.213.576,44 | 0,00 | 14.913.576,44 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2023 – Valores Anuais | | | | |
|---|---|---|------------------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 12,00 |
| Nº de membros remunerados | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 12,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 1.800.000,00 | 4.269.673,91 | 0,00 | 6.069.673,91 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 299.956,28 | 0,00 | 299.956,28 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 2.392.684,67 | 0,00 | 2.392.684,67 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | - | - | - |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 1.874.644,40 | 0,00 | 1.874.644,40 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de | | |

| | | | | |
|-----------------------------|---|---|-------------|----------------------|
| | membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | | |
| Total da remuneração | 1.800.000,00 | 8.836.959,26 | 0,00 | 10.636.959,26 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2022 – Valores Anuais | | | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 12,00 |
| Nº de membros remunerados | 6,25 | 3,00 | 0,00 | 9,25 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 1.500.000,00 | 3.749.373,89 | 0,00 | 5.249.373,89 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 272.386,99 | 0,00 | 272.386,99 |
| Participações em comitês | 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 350.000,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 2.395.254,59 | 0,00 | 2.395.254,59 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|--|---|---|-------------|---------------------|
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 1.193.119,74 | 0,00 | 1.193.119,74 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vale destacar que a remuneração prevista de ILP foi considerado a política máxima do programa. | | |
| Total da remuneração | 1.850.000,00 | 7.610.135,21 | 0,00 | 9.460.135,21 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2021 – Valores Anuais | | | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 11,00 | 3,00 | 0,00 | 14,00 |
| Nº de membros remunerados | 7,33 | 3,00 | 0,00 | 10,33 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 600.000,00 | 3.356.660,87 | 0,00 | 3.956.660,87 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 362.870,74 | 0,00 | 362.870,74 |
| Participações em comitês | 1.100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.100.000,00 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |

| Remuneração variável | | | | |
|--|---|---|-------------|----------------------|
| Bônus | 0,00 | 0 | | 0 |
| Participação de resultados | 0,00 | 2.251.139,80 | 0,00 | 2.251.139,80 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0 | | 0 |
| Comissões | 0,00 | 0 | | 0 |
| Outros | 0,00 | 0 | | 0 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | | 0 | 0 | 0 |
| Cessação do cargo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 7.410.728,34 | 0,00 | 7.410.728,34 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | | |
| Total da remuneração | 1.700.000,00 | 13.381.399,75 | 0,00 | 15.081.399,75 |

8.3 – Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com o nível de senioridade de cada cargo. Dentro de cada nível de cargos ocorre, ainda, uma diferenciação baseada em desempenho individual e organizacional de acordo com a avaliação apurada no referido exercício social (Indicador Corporativo e Individual).

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023, 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Conforme regra descrita no item 8.1 (c) acima, o valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício social de 2023/2024 será calculado com base no Resultado de Metas Organizacionais da Empresa.

Tendo em vista que a remuneração variável de curto prazo da Diretoria (PPR) está vinculada ao alcance das metas globais da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função do atingimento das metas organizacionais.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2024)

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Nº total de membros | 9,00 | 3,00 | 0 | 12,00 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 3,00 | 0 | 3,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 1.244.346,17 | 0,00 | 1.244.346,17 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 3.733.038,51 | 0,00 | 3.733.038,51 |

| | | | | |
|---|------|--------------|------|--------------|
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas | 0,00 | 2.488.692,34 | 0,00 | 2.488.692,34 |
|---|------|--------------|------|--------------|

Remuneração variável – exercício social findo em 31/03/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| Nº total de membros | 9 | 3 | 0 | 12 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 1.240.878,65 | 0,00 | 1.240.878,65 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 3.722.635,94 | 0,00 | 3.722.635,94 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0,00 | 2.481.757,29 | 0,00 | 2.481.757,29 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0,00 | 2.392.684,67 | 0,00 | 2.392.684,67 |

Remuneração variável – exercício social findo em 31/03/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº total de membros | 9 | 3 | 0 | 12 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | |
|--|-------------|---------------------|-------------|---------------------|
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 1.165.582,12 | 0,00 | 1.165.582,12 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 3.496.746,37 | 0,00 | 3.496.746,37 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0 | 2.331.164,25 | 0,00 | 2.331.164,25 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0,00 | 2.395.254,59 | 0,00 | 2.395.254,59 |

Remuneração variável – exercício social findo em 31/03/2021

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| Nº total de membros | 11 | 3 | 0 | 14 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0 | 1.049.317,73 | 0,00 | 1.049.317,73 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0 | 3.147.953,20 | 0,00 | 3.147.953,20 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0 | 2.098.635,47 | 0,00 | 2.098.635,47 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | 0 | 2.251.139,80 | 0 | 2.251.139,80 |

Com relação à previsão dos valores mínimo e máximo, ressaltamos que a distribuição de PPR, conforme as regras descritas acima, é diretamente afetada pelo atingimento das metas Organizacionais da Companhia, considerado as faixas de forma que: (i) caso o atingimento das Metas Organizacionais não supere o mínimo de 50%, o valor a pagar a título de PPR será zero; (ii) o valor máximo previsto no programa é de 150% do prêmio, devendo ser observadas as regras de distribuição descritas acima. Para fins da estimativa dos valores mínimo e máximo previstos nas tabelas acima, foi considerado atingimento de 50% / 125% acima das metas Organizacionais, respectivamente, da meta estabelecida para fins do programa de PPR aprovada pelo Conselho de Administração.

8.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) termos e condições gerais

Plano de Opções (Plano ILP)

O Plano de incentivo de longo prazo baseado em opção de compra de ações da Companhia foi originalmente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária em 14 de janeiro de 2016 e posteriormente aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, rerratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2021 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de junho de 2022 (“Plano ILP”).

São beneficiários do ILP os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e executivos em nível gerencial da Companhia, a critério do Conselho de Administração (“Beneficiários”). Os Beneficiários receberam as opções, como mera expectativa de direito, uma vez que o exercício das opções está sujeito às condições mínimas de performance indicadas no Plano ILP.

A efetiva entrega das ações se dá através do exercício de opções de compra de ações somente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez. Entende-se por Evento de Liquidez a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia (“IPO”), bem como qualquer outro evento de liquidez privado assim considerado pelo Conselho de Administração e cujo volume financeiro seja equivalente ao IPO (“Evento de Liquidez”).

(b) data de aprovação e órgão responsável

Plano ILP

As outorgas de opções no âmbito do Plano ILP foram realizadas no âmbito das Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos dias 14 de janeiro de 2016 e posteriormente aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, rerratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2021 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de junho de 2022.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Plano ILP

Poderão ser concedidas até 0,50% das ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, verificado na data de sua concessão.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções a serem outorgadas variará de acordo com o limite apresentado no item “(c)” acima.

(e) Condições de aquisição de ações

Plano ILP

O Plano ILP prevê que os Beneficiários somente poderiam ser exercidas condicionadas à ocorrência de um IPO ou qualquer evento de liquidez, nos termos definidos pelo Conselho de Administração e pagamento do respectivo preço de exercício.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano ILP

Para o Plano ILP, o valor de outorga (preço de exercício) das opções era de R\$ 1,00 por opção de ação, porém foi reajustado para R\$0,0025 por opção, para refletir o desdobramento de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de janeiro de 2021, ocasião em que as ações de emissão da Companhia foram desdobradas na proporção de 400 (quatrocentas) novas ações para cada 1 ação ordinária existente.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano ILP

O prazo de exercício ocorre após o IPO ou qualquer evento de liquidez, cujo prazo para ocorrência é até agosto de 2025, sem *lock-up* das ações que serão entregues aos Beneficiários.

(h) Forma de liquidação

Plano ILP

As opções são liquidadas em ações, transferidas ao executivo que as exercer, uma vez cumpridas todas as exigências previstas em contrato de outorga de opções firmado entre a Companhia e o Beneficiário, mediante o pagamento do preço de exercício. Ficará a critério do Conselho de Administração da Companhia se a liquidação se dará por meio de subscrição de novas ações ou da aquisição de ações mantidas em tesouraria. Em situações específicas poderão ser utilizadas gratificações em dinheiro, sujeitas a aprovação do Conselho. Para reduzir a incerteza tributária atribuível aos participantes e à Companhia, uma vez que existe controvérsia tributária acerca do adequado tratamento a ser atribuído aos ganhos percebidos em decorrência de opções de compra de ações, será dado o tratamento tributário de remuneração.

(i) Restrições à transferência das ações

Plano ILP

Não há em curso no presente momento nenhum período mínimo de indisponibilidade estabelecido pelo Conselho de Administração para a venda, transferência ou alienação de ações.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano ILP

Na hipótese de dissolução, liquidação ou falência da Companhia, as outorgas realizadas nos termos do Plano ILP e do seu primeiro programa extinguir-se-ão automaticamente.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano ILP

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano e o primeiro programa poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano ILP, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de trabalho, ou renunciando ao seu cargo de administrador, perderá o direito às opções outorgadas, sem que tal Beneficiário faça jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano ILP, do primeiro programa e do contrato de outorga; (b) for desligado da Companhia por justa causa, perderá o direito às opções outorgadas, sem que tal beneficiário faça jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano, do primeiro programa e do contrato de outorga; (c) for desligado da Companhia mediante demissão ou rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, ou destituição do seu cargo, por qualquer motivo, as opções outorgadas até tal data permanecerão bloqueadas até a ocorrência do Evento de Liquidez, momento em que poderão ser exercidas pelo beneficiário; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria, as opções outorgadas até tal data permanecerão bloqueadas até a ocorrência do Evento de Liquidez, momento em que poderão ser exercidas pelo beneficiário; (e) desligar-se da Companhia por invalidez permanente ou falecimento, as opções outorgadas até tal data permanecerão bloqueadas até a ocorrência do Evento de Liquidez, momento em que poderão ser exercidas pelo beneficiário, no caso de invalidez permanente, ou aos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, em caso de falecimento.

8.5 – Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

As outorgas de opções realizadas dentro do Plano ILP estão condicionadas à ocorrência de um IPO ou qualquer evento de liquidez, nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

Para o Plano ILP, o preço de exercício das opções foi originalmente estabelecido como R\$ 1,00 por opção de ação, porém foi ajustado para R\$ 0,0025 para refletir o desdobramento de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de janeiro de 2021, ocasião em que as ações de emissão da Companhia foram desdobradas na proporção de 400 (quatrocentas) novas ações para cada 1 ação ordinária existente. Considerando o mecanismo do plano – outorga de ações aos beneficiários em decorrência de um evento de liquidez, o valor justo foi determinado com base no valor estimado das ações da Companhia na data da entrega virtual com base no *equity value* da Companhia na data de concessão.

Tais outorgas de opções ocorreram conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Remuneração baseada em ações – exercício social findo em 31/03/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|---------------------------|-----------------------|
| Nº total de membros | 9 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) Das opções em aberto no início do exercício social | 0 | R\$ 1,00 |
| (b) Das opções perdidas durante o exercício social | 0 | 0 |
| (c) Das opções exercidas durante o exercício social | 0 | 0 |
| (d) Das opções expiradas durante o exercício social | 0 | 0 |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas | 0 | 0,031% |

Remuneração baseada em ações – exercício social findo em 31/03/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|---------------------------|-----------------------|
| Nº total de membros | 9 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) Das opções em aberto no início do exercício social | 0 | R\$ 1,00 |
| (b) Das opções perdidas durante o exercício social | 0 | 0 |
| (c) Das opções exercidas durante o exercício social | 0 | 0 |
| (d) Das opções expiradas durante o exercício social | 0 | 0 |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas | 0 | 0,023% |

Remuneração baseada em ações – exercício social findo em 31/03/2021

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|---------------------------|-----------------------|
| | | |

| | | |
|--|----|----------|
| Nº total de membros | 11 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) Das opções em aberto no início do exercício social | 0 | R\$ 1,00 |
| (b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social | 0 | 0 |
| (c) Das opções exercidas durante o exercício social | 0 | 0 |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas (i) | 0 | 0,178% |

(i) No caso do incentivo de longo prazo ressaltamos que os valores acima mencionados no quadro retratam a totalidade reconhecida nos balanços da Companhia das 5 outorgas de opções realizadas do Plano ILP aprovadas pelos acionistas em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, correspondente as safras 16/17, 17/18, 18/19, 19/20 e 20/21. Para mais informações sobre o referido Plano, vide item 8.4 do Formulário de Referência.

8.6 – Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Opções de compra de ações – exercício social findo em 31/03/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Nº total de membros | 9 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Opções ainda não exercíveis | | |
| Data de Outorga | | Julho/2023 |
| Quantidade | | 248 |
| Data em que se tornarão exercíveis | | Agosto/2025 |
| Prazo máximo para exercício das opções | | Agosto/2025 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | | |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | | R\$ 7.559,05 |
| Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga | | R\$ 1.874.644,40 |

(i) O Plano ILP prevê que as ações somente serão exercidas condicionadas à ocorrência de um IPO ou qualquer evento de liquidez, nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

Opções de compra de ações – exercício social findo em 31/03/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|----------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| Nº total de membros | 9 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |

| Opções ainda não exercíveis | | |
|--|--|------------------|
| Data de Outorga | | Julho/2022 |
| Quantidade | | 183 |
| Data em que se tornarão exercíveis | | Agosto/2025 |
| Prazo máximo para exercício das opções | | Agosto/2025 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | | |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | | R\$ 6.519,78 |
| Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga | | R\$ 1.193.119,74 |

- (i) O Plano ILP prevê que as ações somente serão exercidas condicionadas à ocorrência de um IPO ou qualquer evento de liquidez, nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

Opções de compra de ações – exercício social findo em 31/03/2021

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Nº total de membros | 11 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Opções ainda não exercíveis | | |
| Data de Outorga | | Julho/2021 |
| Quantidade | | 207 |
| Data em que se tornarão exercíveis | | Agosto/2025 |
| Prazo máximo para exercício das opções | | Agosto/2025 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | | |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | | R\$ 5.966,77 |
| Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga | | R\$ 1.235.121,39 |

- (i) O Plano ILP prevê que as ações somente serão exercidas condicionadas à ocorrência de um IPO ou qualquer evento de liquidez, nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

8.7 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutário ao final do último exercício social:

Observada a descrição constante no item 8.4 do Formulário de Referência, as outorgas de opções ocorreram conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Opções em aberto ao final do exercício social findo em 31/03/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-----------------------|
| Nº total de membros | 0 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Opções ainda não exercíveis | | |
| Quantidade | 0 | 1.860 |
| Data em que se tornarão exercíveis | 0 | Agosto/2025 |
| Prazo máximo para exercício das opções | 0 | N/A |
| Prazo de restrição à transferência das ações | 0 | N/A |
| Preço médio ponderado de exercício | 0 | R\$ 1,00 |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | 0 | R\$ 7.559,05 |
| Opções exercíveis | | |
| Quantidade | 0 | 0 |
| Prazo máximo para exercício das opções | 0 | 0 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | 0 | 0 |
| Preço médio ponderado de exercício | 0 | 0 |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social | 0 | 0 |
| Valor justo do total das opções no último dia do exercício social | 0 | 0 |

- (i) O Plano ILP prevê que as ações somente serão exercidas condicionadas à ocorrência de um IPO ou qualquer evento de liquidez, nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

8.8 – Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Não aplicável, uma vez que até o momento não houve qualquer exercício de opções.

8.9 – Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Opções de compra de ações – exercício social findo em 31/03/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-----------------------|
| Nº total de membros | 9 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários | | 0,031% |

Opções de compra de ações – exercício social findo em 31/03/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-----------------------|
| Nº total de membros | 9 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários | | 0,023% |

Opções de compra de ações – exercício social findo em 31/03/2021

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-----------------------|
| Nº total de membros | 11 | 3 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 3 |
| Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários | | 0,026% |

8.10 – Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, visto que não houve outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não há outorgas de ações previstas para o exercício social corrente.

8.11 – Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, visto que não houve entrega de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não há entrega de ações previstas para o exercício social corrente.

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

(a) Modelo de precificação

Para o Plano ILP, o valor de outorga (preço de exercício) das opções era de R\$ 1,00 por opção de ação, o qual foi ajustado para R\$ 0,0025 por opção de ação, correspondente ao valor de R\$1,00 (um real) do Plano ILP, porém já refletindo o desdobramento de ações da Companhia, conforme acima indicado. Considerando o mecanismo do plano – outorga de ações aos beneficiários em decorrência de um evento de liquidez, o valor justo foi determinado com base no valor estimado das ações da Companhia na data da entrega virtual com base no *equity value* da Companhia na data de concessão.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Considerando que o preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano ILP é simbólico, o valor justo estimado das opções foi calculado considerando o valor estimado das ações da Companhia na data de cada outorga.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável visto que o Plano ILP não possui previsão autorizando o exercício antecipado.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade histórica do Ibovespa e/ou outro índice divulgado pela B3.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

8.13 – Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

| Sociedade | Exercício social findo em 31/03/2023 | | | |
|-----------|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|---------------------------|
| | Controladores | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
| Companhia | 191.891.600 – 59,8263% | 0 | 0 | 191.891.600 – 59,8263% |

Adicionalmente, informamos que não há quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária.

8.14 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

| 31/03/2023 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|--|---------------------------|--|-------|
| Nº total de membros | 9 | 3 | 12 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 2 | 2 |
| Nome do plano | N/A | Previdência Privada CTC | N/A |
| Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar | N/A | 1 | N/A |
| Condições para se aposentar antecipadamente | N/A | Para o Plano PGBL, os requisitos são: (i) Ter no mínimo 57 anos de idade; (ii) Ter no mínimo 5 anos de participação no Programa de Previdência; (iii) Ter no mínimo 5 anos de vínculo empregatício ou de direção com a instituidora. Para o Plano VGBL, há requisito adicional de ter rompido o vínculo empregatício | N/A |

| | | | |
|--|-----|---|--------------|
| | | ou de direção com a Companhia. | |
| Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores | N/A | 1.408.321,55 | 1.408.321,55 |
| Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | N/A | 266.221,59 | 266.221,59 |
| Possibilidade de resgate antecipado e condições | N/A | Há a possibilidade de resgate antecipado após 60 dias com perda das contribuições efetuadas pela Companhia. No plano PGBL, o resgate total ou parcial da provisão da instituidora só poderá ser efetuado após um ano civil completo, contado do primeiro dia útil do mês de janeiro seguinte à realização da contribuição pela instituidora. O resgate da provisão da instituidora seguirá a seguinte porcentagem, conforme o tempo de vínculo: Até 23 meses – 0%; De 24 meses a 47 meses – 10%; De 48 meses a 71 meses – 15%; De 72 meses a 95 meses – 20%; De 96 meses a 119 meses – 25%; De 120 meses a 143 meses – 30%; De 144 meses a 167 meses – 40%; De 168 meses a 191 meses – 50%; | N/A |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | De 192 meses a 215 meses – 60%; De 216 meses a 239 meses – 70%; e A partir de 240 meses – 80%. | |
|--|--|---|--|

8.15 – Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Valores anuais

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|----------------------------------|-----------------------|--------------|--------------|---------------------------|------------|------------|-----------------|------------|------------|
| | 31/03/2023 | 31/03/2022 | 31/03/2021 | 31/03/2023 | 31/03/2022 | 31/03/2021 | 31/03/2023 | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| Nº de membros | 3,00 | 3,00 | 3 | 9,00 | 9,00 | 11 | 0 | 0 | 0 |
| Nº de membros remunerados | 3,00 | 3,00 | 3 | 6,00 | 6,25 | 7,33 | 0 | 0 | 0 |
| Valor da maior remuneração (R\$) | 4.597.898,51 | 3.999.326,34 | 7.964.160,16 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | N/A | N/A | N/A |
| Valor da menor remuneração (R\$) | 934.774,82 | 1.651.290,28 | 2.261.733,19 | 300.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 | N/A | N/A | N/A |
| Valor médio da remuneração (R\$) | 2.209.239,81 | 2.536.711,74 | 4.460.466,58 | 300.000,00 | 296.000,00 | 231.818,18 | N/A | N/A | N/A |

Observação

| Diretoria Estatutária | |
|-----------------------|---|
| 31/03/2023 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi percebido por membro que exerceu a função menos de 12 meses no exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros que compuseram este quadro. Neste ano houve desligamento/admissão de membro. |
| 31/03/2022 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. |
| 31/03/2021 | Nos totais mencionados acima para a remuneração da Diretoria, no caso do incentivo de longo prazo, ressaltamos que os valores mencionados no quadro (Máximo, mínimo e média) retratam a totalidade reconhecida nos balanços da Companhia das 5 outorgas de opções virtuais realizadas do Plano ILP aprovadas pelos acionistas em assembleia |

| | |
|--|---|
| | <p>geral extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, correspondente as safras 16/17, 17/18, 18/19, 19/20 e 20/21. Para mais informações sobre o referido Plano, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.</p> <p>O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.</p> |
|--|---|

| Conselho de Administração | |
|----------------------------------|---|
| 31/03/2023 | Do total dos 9 membros que compõem o Conselho de Administração, 3 conselheiros são indicados ou mantêm vínculos com acionistas e/ou diretores estatutários dos acionistas e, portanto, não são remunerados regularmente pela Companhia. A remuneração é paga regularmente, em base mensal, a 6 membros. |
| 31/03/2022 | Do total dos 9 membros que compõem o Conselho de Administração, 3 conselheiros são indicados ou mantêm vínculos com acionistas e/ou diretores estatutários dos acionistas e, portanto, não são remunerados regularmente pela Companhia. A remuneração é paga regularmente, em base mensal, a 6 membros. |
| 31/03/2021 | Do total dos 11 membros que compõem o Conselho de Administração, 9 conselheiros são indicados ou mantêm vínculos com acionistas e/ou diretores estatutários dos acionistas e, portanto, não são remunerados regularmente pela Companhia, sendo que 5 deles são remunerados exclusivamente por participação em reuniões de comitês durante o exercício social. A remuneração é paga regularmente, em base mensal, a 2 membros independentes. |

| Conselho Fiscal | |
|------------------------|---|
| 31/03/2023 | A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. |
| 31/03/2022 | A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. |
| 31/03/2021 | A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. |

8.16 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria.

8.17 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definidos pelas regras contábeis que tratam desse assunto

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Exercício social findo em 31/03/2023 | 11,28% | 0,00% | 0,00% |
| Exercício social findo em 31/03/2022 | 12,68% | 0,00% | 0,00% |
| Exercício social findo em 31/03/2021 | 7,29% | 0,00% | 0,00% |

8.18 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, omissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não existe remuneração ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores da Companhia, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia esclarece que os valores relativos à remuneração informados neste item 8, em relação aos três últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, foram ajustados para o regime de competência.

Adicionalmente, os pagamentos de remuneração atrelados ao desempenho e metas do exercício social encerrado em 31 de março de 2023 serão pagos em julho de 2023.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes ao item 8 do Formulário de Referência.